

Tales Faria

Áudios de Flávio Bolsonaro com Vorcaro no horário eleitoral do PT

O Partido dos Trabalhadores já consultou advogados para saber se poderá usar no horário eleitoral gratuito os áudios das conversas em que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) cobrou de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, o complemento do pagamento do filme sobre seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Segundo o Intercept, que revelou os áudios, o orçamento do filme Dark Horse foi estimado em US\$ 24 milhões (cerca de R\$ 134 milhões). A maior parte do valor captado — cerca de R\$ 61 milhões — foi repassada pelo ex-banqueiro. Teria sido transferido para um fundo nos Estados Unidos de um aliado do ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). O restante foi interrompido com as investigações sobre o banco. “Estou e sempre estarei contigo”, disse Flávio numa das trocas de mensagens com o banqueiro, a quem chamava de “meu irmão” e com quem se encontrou quando este esteve em prisão domiciliar.

A coluna buscou um jurista especialista na área. Encontrou um dos mais reconhecidos, o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Henrique Neves, a quem perguntou se dá para usar os áudios.

O ex-ministro respondeu que “depende da forma como o material será apresentado”. Segundo ele, se o PT exibir o áudio junto com muitas interpretações sobre o que lá está dito, é possível que tenha problemas quando o assunto for submetido à Justiça Eleitoral. Mas, se o vídeo for apresentado sem adjetivações, há espaço para a exibição.

É isso que o PT está decidindo: qual o limite para ter o mínimo de problemas. Os advogados não dão uma resposta definitiva. Cada ministro poderá

fazer uma análise diferente. Mas o áudio, por si só, é muito ruim para Flávio, não necessita de grandes interpretações. Eis a transcrição de alguns trechos:

“Irmão, preferi te mandar o áudio aqui para você ouvir com calma. Bom, aqui a gente está passando por um dos momentos mais difíceis da nossa vida, né? Não sei como é que vai ser daqui para frente, como é que isso tudo vai, vai acabar, mas está na mão de Deus aí. E você também, eu sei que você está passando por um momento difícil aí também, essa confusão toda, você sem saber exatamente como é que vai caminhar isso tudo. E apesar de você ter dado a liberdade, Daniel, de a gente te cobrar, eu fico sem graça de ficar te cobrando, tá? Mas enfim, é porque tá num momento muito decisivo aqui do filme e como tem muita parcela pra trás, cara, tá todo mundo tenso e fico preocupado aqui com o efeito ao contrário do que a gente sonhou pro filme, né?”

[...]”Então, se você puder me dar um toque, uma posição aí, Daniel, porque a gente precisa saber o que que faz, cara, da vida, porque já tem muita conta para pagar esse mês e o mês seguinte também. E agora que é a reta final que a gente não pode vacilar, não pode não honrar com os compromissos aqui, porque senão a gente perde tudo, cara. Todo o contrato, perde ator, perde diretor, perde equipe, perde tudo. Podendo dar um toque aí, irmão. Desculpa o áudio longo aí, tá? Um abraço, fica com Deus, cara.”

A experiência do PT é que, em casos assim, mesmo havendo condenação, a punição normalmente é tirar um ou dois programas do ar. Então, a princípio, vale o risco de exibir os áudios.

Fernando Molica

Brasil também carrega o agro

Ao afirmar que o agro “carrega o Brasil nas costas”, a senadora Tereza Cristina (PP-MS) omitiu que todos nós, brasileiros, ajudamos a aliviar o peso de um setor muito subsidiado. Há um apoio recíproco, que a ex-ministra da Agricultura e produtora rural não devia ter deixado de citar ao defender um bilionário pacote de renegociação de dívidas da atividade.

Segundo o Ministério da Fazenda, as isenções fiscais que beneficiam o agro custam R\$ 158 bilhões por ano — valor dos impostos federais que os empresários deixam de pagar e que é compensado pela grana de cada cidadão. Os juros pagos pela atividade são altos, mas bem menores que os cobrados de outros setores. A eficiência do agro e sua grande importância na nossa balança comercial não podem esconder que seu bom desempenho é também fruto de políticas públicas, parte delas obtidas graças ao lobby no Congresso.

Não se trata de se desvalorizar a atividade, seria absurdo não reconhecer um setor que, no ano passado, foi responsável por 48,5% das exportações brasileiras. Mas esta constatação não elimina a necessidade de se evitar a criação e profusão de mitos e nem privatizar todos os méritos relacionados aos grandes produtores rurais.

Não é correto, por exemplo, dizer que a agricultura brasileira alimenta o mundo, já que boa parte da produção exportada é de soja e milho, usados para fabricação de rações animais. A produção de alimentos é de responsabilidade, principalmente, da agricultura familiar.

Seria absurdo também negar que, apesar de to-

dos os seus ganhos, o setor também enfrenta dificuldades. Os juros altos e a queda no preço internacional de produtos agrícolas contribuíram para que, em 2025, houvesse, em relação a 2024, um aumento de 56,4% dos pedidos de recuperação judicial de empresas do setor.

A inadimplência do agro também cresceu e diminuiu o lucro do Banco do Brasil. Setores do governo atribuem pelo menos parte do não pagamento de dívidas à perspectiva de aprovação do pacote de benefícios no Congresso, mas o fato é que, independentemente disso, a quitação caiu.

Facilitar a vida de agricultores prejudicados por tragédias como as enchentes no Rio Grande do Sul é importante; é uma forma de a sociedade demonstrar solidariedade efetiva e necessária. A recuperação desses produtores é também fundamental para o país.

Mas não dá para, no vácuo de uma medida necessária, incluir benesses que vão repercutir no bolso de todos nós. Apesar de toda a sua pujança, o agronegócio, como qualquer atividade empresarial, inclui riscos.

Dados oficiais comprovam que, apesar dos problemas, o setor não passa por uma crise. Segundo o IBGE, em 2025 o PIB da agropecuária registrou um crescimento de 11,7% em relação ao ano anterior, houve aumento da produtividade e da produção: a de milho avançou 23,6%; a da soja, 14,6%. As exportações do setor cresceram 3%.

Os números mostram que uma ajuda genérica é desnecessária e jogaria nas costas de todos os brasileiros, um novo subsídio a um setor tão beneficiado pelo esforço conjunto da sociedade.

EDITORIAL

Poupatempo jamais deveria ter saído

A decisão de abrir novamente uma nova unidade do Poupatempo no Centro de Campinas, desta vez no futuro Palácio da Cidade, merece ser recebida como uma excelente notícia para a população.

Mais do que a abertura de um posto de serviços, trata-se da correção de uma deliberação que, desde a sua implementação, gerou questionamentos legítimos sobre acessibilidade, mobilidade urbana e inclusão social.

Por mais de duas décadas, o Poupatempo, que ficava na Av. Francisco Glicério, foi um dos principais pontos, e o mais democrático, para o atendimento público.

Sua localização permitia o fácil acesso por ônibus saídos de praticamente todas as regiões de Campinas. Em 2020, entretanto, o Governo de São Paulo anunciou o encerramento definitivo da unidade, justificando a medida devido ao alto custo do aluguel, redução da demanda e pela estratégia de concentrar os serviços em outras estruturas.

A decisão não foi bem recebida pela população, comerciantes e lideranças locais.

A transferência da maior parte dos atendimentos para o Campinas Shopping nunca foi uma unanimidade. Embora a unidade tenha mantido a prestação dos serviços, o deslocamento até a região do Jd. do Lago nem de longe é fácil para milhares de moradores

da metrópole.

As reclamações se multiplicaram ao longo dos anos.

A reação negativa também se refletiu no debate público.

O fechamento do posto da Glicério foi frequentemente mencionado como símbolo do esvaziamento do Centro.

Comerciantes relataram perda significativa de movimento após a saída do serviço.

Por isso, o anúncio do retorno do Poupatempo ao coração da cidade deve ser celebrado. A decisão representa a retomada de uma lógica elementar de serviço público: estar onde as pessoas estão.

A previsão de até 12 mil pessoas circulando mensalmente pelo local e quase 8 mil atendimentos por mês indica potencial para fortalecer o comércio, estimular a ocupação dos espaços urbanos e contribuir para a revitalização do Centro.

Campinas passará a contar com duas estruturas, Centro e Unimart, ampliando a capacidade de atendimento de uma cidade com mais de um milhão de habitantes.

É claro que a revitalização da área central depende de muito mais do que um equipamento público. Porém, a volta dos serviços públicos lá sinaliza que o poder público demorou, mas compreendeu, aquilo que a população já sabe: serviços essenciais precisam estar acessíveis a quem mais precisa deles.

Opinião do leitor

Estadista

O papa Leão XIV, além de líder da Igreja Católica, desponta como um estadista mundial de grande envergadura. Parabéns pela sua atuação, estávamos precisando.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.